

Perdão e ajustamento

por Getúlio Bittencourt
de Washington

Depois de ouvir o governo, a Comissão de Bancos, Finanças e Assuntos Urbanos concluiu ontem suas audiências sobre a dívida externa do Terceiro Mundo ouvindo representantes dos países endividados, dos bancos e da universidade.

Pelos países endividados falaram o ex-ministro da Fazenda no Brasil, Luiz Carlos Bresser Pereira, e, num painel introdutório, dois representantes da Costa Rica. Bresser fez um histórico da crise e sugeriu duas soluções "que precisavam ser simultâneas: alívio da dívida e ajustamento na economia dos países em desenvolvimento".

Ele afirmou que há dois motivos básicos pelos quais isso não acontece: "Porque o governo dos Estados Unidos não quer, e porque as elites do Terceiro Mundo não querem".

O professor Jeffrey Sachs, da Harvard University, disse que William Rhodes, do Citibank, esqueceu de informar à comissão, no dia anterior, que o Brasil passou a pagar mais juros aos bancos, depois do acordo e das conversões de dívida por investimento, do que pagava antes.

Sachs afirmou que os contribuintes norte-americanos estão pagando indiretamente empréstimos do governo para que países em desenvolvimento possam pagar os bancos. E menciona como exemplo desse imposto escondido o recente empréstimo de US\$

2,5 bilhões que os EUA fizeram ao México em outubro de 1988.

O professor de Harvard advertiu que o Congresso sofrerá pressões para aumentar as contribuições dos Estados Unidos ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. Mas esses recursos continuarão a ser usados pelos países para pagar aos bancos comerciais. "Por isso, eu me oponho à concessão de mais dinheiro a essas instituições sem que antes os bancos comerciais façam concessões realistas" para reduzir o peso da dívida do Terceiro Mundo.

O presidente do conselho do banco de investimentos First Boston International, o peruano Pedro-Pablo Kuczinski, que acaba de lançar um livro sobre o tema ("Latin American Debt", pela Johns Hopkins University) propôs uma saída através da securitização da dívida externa, defendida também por Bresser Pereira, semelhante ao acordo do Morgan Guaranty com o México no ano passado. Mas a garantia seria dada sobre os juros, e não sobre o principal, como no acordo mexicano.

O último olhar sobre o tema veio do mercado através de Kenneth J. Pinkes, vice-presidente da Moody's Investors Service, empresa que fixa a qualidade de ativos de companhias como a Standard & Poors. E Pinkes tem a pior impressão possível dos ativos dos grandes bancos comerciais dos Estados Unidos.